



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

GÊNERO, FAMÍLIA, POLÍTICAS PÚBLICAS

**BNCC: problematização sobre o retrocesso e o perigo para
os historicamente subalternos/subjugados**

José Aurício Lopes Araújo¹

Resumo. Os constantes retrocessos aos quais estamos submetidos, como é o caso da reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não tem permitido que se discuta adequadamente temas como gênero e sexualidade. O cariz da educação a que defendemos, possui em suas potencialidades as prerrogativas de questionar bases engessadas, hierarquizadas e a pretensa neutralidade no campo teórico-político. Acreditamos em uma educação crítica que busque a emancipação do sujeito político protagonizando suas narrativas e, para isso ressaltamos a importância da articulação política de segmentos profissionais que convergem em elementos comuns, propiciando táticas de resistências e enfrentamento aos padrões que nos dilaceram.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade, Educação; BNCC.

Abstract: We are addressing issues such as gender and sexuality, which do not address issues such as gender and sexuality. The nature of education that we defend, has in its potentialities as prerogatives of questionnaire plastered, hierarchical bases and the alleged neutrality in the theoretical-political field. in a critical education that seeks the emancipation of the political confrontation leading its narratives and, for that, we emphasize the importance of the articulation of the politics of professional segments that converge in common elements, providing tactics of resistance and patterns that tear us apart.

Keywords: Gender; Sexuality, Education; BNCC

INTRODUÇÃO

¹ Graduando em Bacharelado em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus Iguatu; Pós-Graduando em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário FAVENI; auricioaraujo8@gmail.com.



No marco das relações sociais cotidianas, palco da história, é que podemos perceber o processo de produção e reprodução da vida. É nesse movimento que se constrói a história da humanidade na sua mais ampla diversidade, evidenciando uma intrínseca pluralidade. Destarte, é nesse mesmo marco das relações sociais cotidianas que também se produz e se reproduz os processos embrutecidos e violentos contra aqueles que ousam ser diferentes, isto posto, fica claro de quem estamos falando: os sujeitos historicamente subjugados e subalternizados.

Tanto as relações de gênero quanto a sexualidade parecem ser assuntos ainda muito ásperos de serem tratados, e essa condição se dá pelo fato de que ao se discutir sobre as categorias gênero e sexualidade estamos dando voz e vez a quem historicamente esteve subalterno num modelo de civilidade que dá primazia de um sexo sobre o outro, do homem sobre a mulher. Um modelo excludente que viola não apenas o sexo oposto, mas também aquele que tem uma condição sexual diferente do modelo heterossexista. Nesse sentido, desde muito pequenos somos ensinados a como teremos de nos comportar, como nos vestir e principalmente a ser subserviente ao macho heterossexual. É dentro desse prisma que somos ensinados a ser homens e a ser mulheres via processos embrutecidos e violentos que historicamente foram fundados e que se perpetuam até os dias de hoje.

Nessa tessitura o que podemos apreender é o fato de que essa sociabilidade se produz e se reproduz em todos os espaços, e por isso mesmo adentra o campo da educação, onde o que podemos perceber é que falta um debate e um conhecimento mais adequado acerca dos temas linhas acima tratados. Outro fato evidente, é que os constantes retrocessos aos quais estamos submetidos, como é o caso da reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não tem permitido que se discuta de forma adequada e séria temas como gênero e sexualidade por que estes foram retirados do seu conteúdo.

Se a escola é responsável por transmitir ensinamentos técnicos/científicos, culturas, crenças e etc., ela não pode ser apenas um espaço de reprodução de modelos de civilidade que tendem a oprimir o que é diferente. Ela se apresenta como um campo rico de problematizações que deve ser aproveitado em todo seu potencial. Nesse sentido se faz necessário refundar o cariz do atual modelo educacional, fazendo uma análise do que representa a reformulação da BNCC e se esse fato representa algum perigo para os sujeitos subjugados historicamente. Para tanto é necessário também dissipar o espectro “ideologia de gênero” e pensar em que as discussões de gênero e sexualidade podem contribuir no processo de erosão de normas embrutecidas e violentas que permeiam o modelo educacional tradicional e que produzem sujeitos reprodutores de tais processos.



METODOLOGIA

Considerando a pesquisa um espaço que privilegia a relação entre o saber científico e a realidade, primamos pela ideia de que os sujeitos estão imbricados nos processos sociais, e desta maneira, para que possamos atuar sobre a realidade é necessário antes de tudo conhecê-la. Nesse sentido, a busca pelo conhecimento é um processo contínuo visto que a realidade social está em constante transformação. Para tanto, com a finalidade de atender aos anseios que motivam as nossas indagações recorreremos a algumas fontes, procedimentos e instrumentos. Nesse sentido, o estudo foi realizado através de um levantamento bibliográfico e documental sob uma análise crítica da história e o bojo contemporâneo da educação na sociedade, a luz dos estudos queer, problematizando a relação entre gênero e educação nos contornos de uma sociedade heteronormativa e heterossexista.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo da história da humanidade uma macroestrutura foi delineada e se perpetua até os dias atuais, um regime de poder opressor que dá preferência de um sexo sobre o outro, do masculino sobre o feminino. Cria-se uma ideia de que os homens são superiores as mulheres, dotados de algo a mais que estas parecem não ter, e nesse sentido se afirmam socialmente como superiores a elas, no entanto , essa suposta superioridade não se restringe apenas ao sexo feminino, ela se impõe também aos sujeitos que fogem aos padrões do que é tido socialmente como “normal”, o segmento LGBTTIQ+. Nessa tessitura temos instituído, portanto, um modelo de civilidade patriarcal que segundo Narvaz e Koller:

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (NARVAZ & KOLLER apud Millet, 1970; Scott, 1995; p.50; 2006) .



Dentro desse panorama o que podemos apreender é o fato de que esse regime de poder perpassa todas as dimensões e instituições da sociedade, se fazendo desta maneira presente no processo de produção e reprodução da vida. Como esse regime de poder é afirmado e aceito socialmente ele adentra o campo da educação, configurando este como um espaço engessado de reprodução dos modelos historicamente instaurados e conservados. Portanto, encontramos o fulcro da questão, a atualidade da discussão sobre gênero e sexualidade se configura em uma tarefa fundamental no campo da educação, basicamente por se tratar de questões “obscuras” e que a desinformação tem acarretado em processos violentos contra os sujeitos estigmatizados socialmente. Esse espaço se quer tem problematizado a configuração hierárquica de forma mais incisiva entre as relações homem/mulher, quanto mais sobre as chamadas dissidências de gênero. Nesse ponto, faz-se necessário atentar para a dimensão conceitual do gênero como categoria de análise no intento de perceber sua construção histórica e cultural. Assim:

O conceito de gênero refere-se à construção de atitudes, expectativas e comportamentos, tendo por base o que determinada sociedade define como seus valores. Aprendemos a ser homens e mulheres pela ação da família, da escola, do grupo de amigos, das instituições religiosas, do espaço de trabalho, dos meios de comunicação etc. Porém, assim como essas noções foram "construídas", podem igualmente ser "desconstruídas". Gênero diz respeito, também, ao modo como lidamos, ao longo da história e de forma diversa em diferentes culturas, com o poder nas relações interpessoais, hierarquizando e valorizando o masculino em detrimento do feminino. (SCOTT, 1990, p. 16).

A dimensão da categoria gênero que a autora discorre, nos propicia problematizar os contornos dados e cobrados de forma cristalizada e rígida quanto aos “papeis” de gênero que devemos assumir e corporificar em uma perspectiva binária. Desta mesma forma a sexualidade, historicamente foi relegada a esfera privada e como dispositivo unicamente no campo biológico sem nenhuma interferência social e cultural. É óbvio que essas discussões têm ganhado relevo no cenário atual, mas, certamente precisamos difundir ainda mais esse debate. Nesse sentido, compreendemos a sexualidade como um “dispositivo histórico” como afirma Foucault (2017). Neste direcionamento:

A sexualidade, afirma Foucault, é um “dispositivo histórico” (1988). Em outras palavras, ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. Sua definição de dispositivo sugere a direção e a abrangência de nosso olhar. (LOURO, 2000, p. 3).



Neste sentido, buscaremos apontar o âmbito escolar e educacional primeiramente como um espaço disciplinador e “civilizador” nos moldes normativos. Assim:

A ação pedagógica mais explícita, aquela que encheria as páginas dos planejamentos e dos relatórios educacionais, voltava-se, muito provavelmente, para a descrição, em detalhes, das características que constituíam a qualificação “civilizado”, ou seja, voltava-se de forma manifesta para atributos lógicos e intelectuais que, supostamente, seriam adquiridos na escola, através de práticas de ensino específicas. O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres “de verdade”. (LOURO, 2000, p. 10).

É notório o papel da escola em modelar corpos e sexualidades a partir de um modelo cristalizado em contornos e padrões tipificados como “normais”. A normalidade é uma regra basicamente irrefutável dentro de um espectro escolar que hostiliza a diferença. Esse padrão de comportamento produzido dentro do espaço escolar além de (des)sexualizar os corpos, produz uma assimetria de gênero entre homens e mulheres reforçando a lógica e a ideologia patriarcal e heteronormativa. No entanto, gostaríamos de abrir um parêntese e apontar que (não podemos desistir da educação, pois a mesma é passível de ser tensionada e problematizada), não perdendo o horizonte e o potencial emancipatório que esse campo possui, ressaltando a importância de uma metodologia interdisciplinar como estratégia/articulação epistemológica, em ampliar o campo de intervenção profissional potencializando-o. Ou seja, por mais importante que se constitua a troca de saberes e experiências entre campos do conhecimento específicos, a perspectiva interdisciplinar possui uma interação/intervenção concreta em um ponto de análise comum ou convergente.

Dentre esses pontos estratégicos, mais uma vez, o gênero e a sexualidade, se constituem como escopo e mirada político-pedagógico de enfrentamento. Desnaturalizar essas categorias dentro dos espaços educacionais significa uma prospecção de processos de socialização no mínimo menos embrutecidos com as nossas crianças e adolescentes que em um futuro próximo serão adultos e conseqüentemente sujeitos que não compartilharão com processos hostis. Os contornos e discursos que produziram esses dispositivos de forma isoladamente também essencializam essas categorias em uma visão biologizante da história. Até hoje, ainda é impregnado nos discursos científicos a perspectiva do dimorfismo sexual e de gênero. Através desse discurso pretensamente científico de



complementariedade sexual entre homens e mulheres, se justificariam as discrepâncias sociais, econômicas, políticas e culturais, como também, sexuais. Não podemos ignorar que o campo do conhecimento historicamente foi universalizado para a figura do homem branco, de classe mais aquinhada e heterossexual, aqui podemos minimamente sistematizar o bojo histórico do campo do conhecimento e seus desdobramentos quanto a abordagem de gênero e sexualidade.

No intento de problematizar e, principalmente, dissipar os discursos que sustentam a “ideologia de gênero” como moralmente inaceitável como componente para a educação, concordamos com a profunda e crítica análise sociológica de Miskolci (2018), aonde o sociólogo aponta visceralmente o real efeito e significado dos grupos que criminalizam a chamada “ideologia de gênero”. Sendo assim, o pesquisador aponta:

O espectro “ideologia de gênero” delimita um campo discursivo de ação que podemos reconhecer como unindo imaginariamente uma suposta ameaça de retorno do comunismo ao pensamento acadêmico feminista estabelecendo um enquadramento da política em torno do medo de mudanças na ordem das relações entre homens e mulheres e, sobretudo, da extensão de direitos a homossexuais. Discussões macropolíticas são substituídas por uma retórica que traz à opinião pública o diagnóstico de que a origem de problemas sociais resulta de mudanças comportamentais que precisariam ser combatidas (MISKOLCI, 2018, p. 07).

Esse viés político-fundamentalista atua produzindo um tipo de espectro embebido por uma tônica moralizante, fortemente robustecido por “empreendedores morais” que, se utilizam de discursos torpes atuando na falsa defesa dos direitos de crianças e/ou adolescentes, como também, em uma concepção de família que está longe de configurar a realidade atual dos arranjos familiares.

Dentro dessa “cruzada moral” que tem se travado contra o debate de gênero na educação, não podemos deixar de mencionar uma importante vitória dos interesses escusos desse segmento – a retirada do termo gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – o que significa um passo obscuro para a manutenção e aprofundamento dos quadros e estatísticas de violências contra mulheres e LGBTTIQ+ no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A base nacional comum curricular (BNCC) foi aprovada depois de quatro versões pelo conselho nacional de educação e homologada pelo ministério da educação. Em 2017 a



base da educação infantil e fundamental e em 2018 a base do ensino médio. O documento tratará dos conteúdos tidos como essenciais para os alunos aprenderem ao longo da sua jornada escolar/educacional caracterizadas como: competências. Desta forma, a BNCC define que 60% da carga horária total deve ser ocupada por essas competências e os outros 40% com uma parte diversificada.

O documento ainda faz um desmonte das disciplinas de filosofia, sociologia e artes, tendo como suposta justificativa a ideia de que essas disciplinas trariam discursos embasados numa ideologia. O que representa um ataque ao pensamento crítico e a própria qualidade de ensino a ser ofertado. Outro ponto que queremos destacar é que a BNCC dissolveu as discussões de gênero e sexualidade, representando uma importante vitória para os segmentos escusos da sociedade que tentam a todo custo combater o que eles chamam de “ideologia de gênero”.

Retirar temas como estes do conteúdo da BNCC representa a manutenção de um projeto societário excludente, que não respeita as diferenças características da vida humana, a perpetuação de um modelo escolar/educacional engessado que não problematiza sequer as diferenças entre os gêneros e no que essas diferenças implicam no cotidiano. Significa que a população historicamente subjugada, violentada permanecerá nessa posição de submissão por que não somos capazes de discutir e entender a pluralidade da vida humana, e sobretudo respeitar as problemáticas do gênero.

O que pode ser entendido a partir desse panorama, é que essa discussão foi invisibilizada através de um pretense discurso científico embebido de uma tônica moralizante, já que na segunda versão do documento essa discussão estava presente ao afirmar que as crianças, jovens, adolescentes e adultos, sujeitos da educação básica têm direito, como podemos ver:

ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer (BRASIL, 2016, p.34).

Se essa era uma discussão presente em uma versão anterior e foi retirada do documento, nos resta problematizar o que ocasionou tal fato. Tem-se bastante difundo no Brasil e de forma errônea que as escolas tem se tornado um espaço de doutrinação, onde ao se discutir temas mais ásperos como o gênero, estaria sendo implantada uma “ditadura gayzista”, e para que tal absurdo seja aceito pela sociedade espalham-se as milhares de



mentiras, como por exemplo o suposto “Kit gay” que seria distribuído nas escolas. Fato é que esses argumentos não se sustentam visto a sua inveracidade, eles representam um discurso torpe, cunhado no senso comum/religioso que representa sobretudo a manutenção de relações sociais de opressão, como aponta Mendonça:

Constata-se, como afirma Souza (2014), que alguns setores evangélicos e católicos tem disseminado seus discursos e doutrinas, bem como suas posições e pautas político partidárias diariamente nas redes sociais, internet, rádio e TV. As suas lideranças possuem ampla exposição com um alto alcance de produção e transmissão de suas mensagens. Pode-se constatar, também, que este recurso de comunicação foi amplamente utilizado durante a aprovação dos Planos Municipais pelo Brasil em 2015, com intuito de combater ao que denominam “ideologia de gênero” na educação brasileira (MENDONÇA, 2017, P. 4).

O perigo de não se discutir gênero e sexualidade dentro do atual modelo escolar/educacional é a manutenção de processos embrutecidos e violentos e ainda a reprodução de estigmas e preconceitos. Vale lembrar que no Brasil, o ano de 2016 foi o mais violento para os LGBTTIQ+ desde 1970 onde mais de 300 pessoas pelo país foram mortas devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ainda segundo Mendonça:

Uma pesquisa mais recente, e que demonstra que esta realidade nas escolas não mudou, foi realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), junto com a Secretaria da Educação do Paraná, que analisou as experiências de adolescentes e jovens LGBTTT em ambientes educacionais brasileiros. Participaram da pesquisa 1016 estudantes de todos os estados brasileiros, exceto Tocantins, com idade entre 13 e 21 anos. Os resultados apontam que 60% dos participantes se sentia inseguro na escola por se definirem como LGBTTT; 73% disse ter sido agredidos verbalmente e 36% afirmou ter sofrido agressões físicas e que a resposta dos profissionais das escolas ineficaz para impedir as agressões, e 39% dos que sofreram agressões relatou que nenhum membro da família conversou com membros da equipe de profissionais da escola quando o estudante sofreu agressão ou violência (MENDONÇA, 2017, P. 3 – 4).

Essa contextura se dá possivelmente pelo avanço incessante do conservadorismo, pelo “combate” a chamada “ideologia de gênero” e pelo aumento substancial da conhecida comumente como “bancada da bíblia” que em nome de um deus justificam os seus atos violentos e opressores. A reformulação da Base Nacional Comum Curricular vem em consonância com tudo isso, dá a legalidade que se precisava para não se tocar em questões que questionam as bases sobre as quais a nossa sociedade se sustenta, um modelo de civilidade patriarcal, heterossexista e heteronormativo. A partir desse enfoque, é necessário repensar o nosso modelo escolar/educacional, discutir estratégias de enfrentamento a essa situação, nesse sentido, como afirma Passos:



Uma educação comprometida com uma nova ordem social precisa ser capaz de romper com conceitos universais e imperativos morais e investir em uma prática que respeite a subjetividade e proporcione ao indivíduo o exercício da liberdade. Esse compromisso implica na existência de um(a) novo(a) educador(a), de novos conteúdos programáticos, na ressignificação do processo de avaliação, enfim em uma nova prática educativa (PASSOS, 2011, p.56).

Em síntese, precisamos romper com certos paradigmas que historicamente foram criados e prevalecem até hoje para que possamos retirar esse sujeitos historicamente subjugados e subalternizados da invisibilidade social, os tratando como possuidores dos mesmos direitos assim como qualquer outra pessoa, e um caminho fundamental para alcançar tal objetivo é o sistema escolar/educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decomposição de modelos arquitetados por espectros androcêntricos são pontos cruciais para que possamos imprimir outras configurações de sociabilidades, não mais pautadas e assentadas em modelos rígidos que violentam cotidianamente e de forma institucionalizada nossas crianças e adolescentes, meninas e meninos. A constituição de dispositivos contra hegemônicos no campo da educação tem se projetado como mecanismos que podem potencializar a derrocada de vetores de discriminação e produtores de violências. O cariz da educação a que defendemos, possui em suas potencialidades as prerrogativas de questionar bases engessadas, hierarquizadas e a pretensa neutralidade no campo teórico-político. Acreditamos em uma educação crítica que busque a emancipação do sujeito político protagonizando suas narrativas e, para isso ressaltamos a importância da articulação política de segmentos profissionais que convergem em elementos comuns, propiciando táticas de resistências e enfrentamento aos padrões que nos dilaceram. Portanto, a articulação entre o campo da educação e outros campos de saberes específicos está, justamente, em desvendar as mordanças que nos silenciam e, isso pode sim, vir a ser um cenário de grandes mudanças, mas também, com imensos desafios. Só não podemos perder de vista um novo horizonte. Um momento da história que nos liberte e, para isso precisamos continuar lutando e resistindo.

REFERÊNCIAS



BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo** : sexualidade e gênero na experiência transexual/ Berenice Bento. - Rio de Janeiro : Editora, Garamond. 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Proposta preliminar, segunda versão revista. Abril de 2016

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 4. ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: IMAGO Editora. 1976.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade.—2. Ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2000.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista.-11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MENDONÇA, Viviane Melo de. **O Plano Municipal De Educação e a “Ideologia de Gênero”**. Itinerarios Reflectionis – revista eletrônica de graduação/pós-graduação. Volume 13, n 2, ano: 2017.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças.-2. ed. rev. e ampl., 3. Reimp.- Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.-- (Série Cadernos da Diversidade; 6).

_____, Richard. **Exorcizando um fantasma**: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. Cadernos Pagu (53), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-Unicamp, 2018. Disponível em: <http://www.readcube.com/articles/10.1590/18094449201800530002>. Acesso em; 11 de junho de 2018.

PASSOS, Elizete. **Gênero e Educação**. In: Costa, Ana Alice Alcantara; TEIXEIRA, Alexnaldo; VANIN, Iole Macedo. Salvador: UFBA – NEIM , 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 16, n.2, jul./dez 1990.